

Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2020 - REGISTRO DE PREÇOS

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2020

#### **EDITAL Nº 026/2020**

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Registro/SP.

**UNIDADE REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

**LICITAÇÃO DIFERENCIADA**<sup>1</sup>: Reserva de cota de até 25% para ME e EPP, conforme previsão do Art. 48, da LC 123/06 e 147/2014.

# 1. <u>DO PREÂMBULO</u>

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, estabelecida à Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro – Registro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.685.872/0001-79, através do Senhor Secretário Municipal de Administração Substituto, ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR", objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS

<sup>1</sup> Artigo 47 c.c. 49 "caput", ambos da Lei Complementar n	° 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar
n° 147/2014	

Rubrica 1ª (Sec. de Administração	) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
-----------------------------------	-------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

DA LINHA PESADA E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I. Este edital será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações posteriores; Decreto nº 10.024/2019; Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei nº 8.078/1990 do Código de Defesa do Consumidor e Decreto 2.852 de 11/03/2020. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 23/03/2020, às 09h00min.

TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 02/04/2020, às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/04/2020, às 09h10min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 02/04/2020, às 09h30min.

LOCAL: https://comprasbr.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro - Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1056, ou ainda, através do e-mail material@registro.sp.gov.br.

1.2. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS DA LINHA PESADA E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, conforme descrito no ANEXO I deste edital.
- 2.2. O valor estimado para o certame tem caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme Artigo 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do processo administrativo nº 040/2020.

# 3. <u>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</u>

- 3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (<a href="https://comprasbr.com.br">https://comprasbr.com.br</a>).
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Registro, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR (https://comprasbr.com.br).

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\ ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

3.3. As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Registro, em <a href="https://comprasbr.com.br">www.registro.sp.gov.br</a>; no site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em <a href="https://comprasbr.com.br">https://comprasbr.com.br</a>, ou publicadas no Diário Oficial do Município – diário eletrônico – www.registro.sp.gov.br. As demais condições constam no presente edital, seus anexos e minuta da Ata de Registro de Preços.

## 4. REFERÊNCIA DE TEMPO

**4.1.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

# 5. <u>CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO</u>

- 5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 5.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR).

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- 5.3. O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em tempo hábil, antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.
- **5.4.** O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema https://comprasbr.com.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/ Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 5.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte, caso queiram optar pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, além da apresentação do TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO II, deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitado no sistema, informar no campo próprio sua condição como empresa (ME ou EPP).
- **5.7.** Estão **impedidas** de participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, assim também, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
- Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer outras formas de constituição em grupo;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- 5.7.1. As alíneas a) e b) do 5.7 encontram amparo na SÚMULA № 51 do TCESP: "A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador."
- 5.8. A participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(======================================	_ ( - 1	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 5.9. Em cumprimento ao disposto no 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, esta licitação destina item(s) (denominado cota reservada) EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).
- 5.9.1. Só poderão participar do(s) item(s) da cota reservada, as <u>ME e EPP</u>, com ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem a todas as exigências constantes deste edital.

#### 6. <u>REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME</u>

- 6.1. O certame será conduzido pelo **PREGOEIRO**, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das Leis aplicáveis à matéria.
- 7. <u>CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO PORTAL DE</u>
  COMPRAS ELETRÔNICAS DO COMPRAS BR
- 7.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	- ' ' '	



- 7.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR.
- 7.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.5.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **7.6.** O licitante interessado deverá observar o Art. 19 do Decreto Federal nº 10024/2019:
  - "Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:
  - I Credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o
     §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;²
  - II Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

2	Sistema	Eletrônico	utilizado	para	este	certame	é	0	Portal	de	Compras	Eletrônicas	do	COMPRAS	BR
( <u>ł</u>	nttps://com	prasbr.com	<u>n.br)</u>												

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- III Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- VII Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio."

# 8. PARTICIPAÇÃO

**8.1.** A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (I	Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **8.2.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3. <u>É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.</u>
- **8.3.1.** A desclassificação de que trata o subitem anterior, <u>não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos</u>, e esses terem sidos anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no <u>sistema operacional</u>, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: suporte Campo Grande/MS: (67) 3303-2730 | (67) 3303-2702 Tel. comercial: (67) 3303-2728 ou através do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.

#### 9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4º do art. 62 da Lei Federal 8666/93.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\ ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 9.1.1. As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas.
- **9.1.2.** A Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos.
- **9.2.** Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

## 10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- **10.1.** As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas: 3.3.90.30.
- **10.2.** A ficha orçamentária será indicada conforme disponibilidade da Secretaria requisitante.

# 11. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 11.2. A pretensão referida no subitem 11.1 será formalizada por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou e-mail material@registro.sp.gov.br; ou ainda, protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- **11.3.** As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é **(13) 3828-1056**.
- **11.4.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 11.4.1. Os esclarecimentos passarão a integrar os autos do PREGÃO.
- **11.5.** A resposta será encaminhada ao interessado pelo mesmo meio da apresentação do seu pedido.
- **11.5.1.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
	, ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **12.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- **12.2.** Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 12.3. As medidas referidas no subitem 12.1 poderão ser formalizada por meio de requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado preferencialmente através do site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR, em https://comprasbr.com.br; ou email material@registro.sp.gov.br; ou ainda, protocolado na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- 12.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.
- **12.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
--	--



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

12.5. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

# 13. <u>APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE</u> HABILITAÇÃO PELO LICITANTE

- 13.1. Após a divulgação do edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico disponível no endereço https://comprasbr.com.br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital (item 15), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, catálogos oficiais (conforme subitem 14.4), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- **13.1.1.** A etapa de que trata o **subitem 13.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 13.2. O envio da proposta, catálogos oficiais, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no subitem 13.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha (observar item 7 do Edital).
- **13.2.1.** Os licitantes deverão anexar os catálogos e documentos de habilitação em campos próprios disponíveis no sistema.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- **13.3.** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- **13.4.** A falsidade da declaração de que trata o **subitem 13.3** sujeitará o licitante às sanções previstas no **item 30**.
- 13.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 13.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 13.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 13.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, conforme subitem 17.8.
- **13.9.** O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto no preâmbulo do edital.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- **13.10.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- **13.11.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- **13.12.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

## 14. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 14.1. O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de entrega dos produtos, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.
- 14.1.1. A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.
- **14.1.2.** Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,		



- 14.1.3. Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à entrega dos produtos licitados na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos produtos.
- **14.1.4.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **14.1.5.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- **14.1.6.** A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.
- **14.2.** O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 14.2.1. Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os produtos, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 14.3. No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio as marcas e modelos dos produtos ofertados e os valores unitários e totais (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- **14.3.1.** Não será obrigatória a apresentação de proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para os itens de seu interesse, não sendo admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 14.4. A licitante deverá ANEXAR à sua proposta eletrônica catálogo oficial, documento oficial, do produto ofertado, compatível(is) e adequado(s) à especificação, em português ou traduzidos, devendo este(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao descrito no ANEXO I do Edital, incluindo a especificação de marca e modelo e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas. A não apresentação dos catálogos poderá acarretar na desclassificação do item e/ou da proposta.
- 14.4.1. Estes documentos são complementares à proposta, e permitem a análise técnica do produto e sua compatibilidade com as especificações solicitadas. A marca e modelos ofertados no Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR deverão ser os mesmos do catálogo sob pena de desclassificação do item.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-------------------	-------------------



- 14.4.2. A não vinculação do item ao catálogo, dificultando a análise das especificações e identificação do produto, poderá acarretar na desclassificação da licitante para o item e/ou proposta.
- 14.4.3. Não serão aceitos o simples envio de imagens ilustrativas, sem informações complementares, ou contendo somente o descritivo fornecido no Edital.
- 14.5. O item 35 destina-se à cota reservada para participação exclusiva de ME ou EPP.
- 14.5.1. Os demais itens destinam-se à cota aberta para participação de todas as empresas, independente do seu enquadramento, observadas as condições previstas no item 5 deste Edital.
- **14.6.** O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações mínimas contidas no **ANEXO I.**
- **14.7.** A cotação de **duas marcas** para o mesmo item ou opcional de marcas, acarretará na **desclassificação** do licitante para o item.
- **14.8.** A validade da proposta será de <u>60 (sessenta) dias</u>, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- **14.9.** Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Trabilita i (600: do /talilililotragao)		violo do odridico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

**14.10.** O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação da proposta.

## 15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da melhor oferta, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);
- b) Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm);
- 15.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **15.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **15.1.3.** A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- **15.1.4.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **15.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**, por falta de condição de participação.
- 15.2. O Pregoeiro examinará os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO <u>anexados</u> <u>pela detentora da melhor oferta em campo próprio</u>, sendo estes os seguintes:

# 15.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de identidade;
- **b)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 15.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual: Para as licitantes com sede no Estado de São Paulo, poderá ser apresentada uma das seguintes certidões: Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo ou Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo. Sendo a licitante de outro Estado, deverá apresentar a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa da Fazenda Estadual correspondente. Os documentos deverão estar dentro do prazo de validade;

Nubilica i " (Sec. de Administracao) — — — Z " (Neddelente) — — Visto do Jundico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do "CRF" – Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito dentro do prazo de validade;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com data de validade de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

## 15.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante;
- **a.1)** Para empresas que estejam em processo de recuperação judicial, estas deverão apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCESP.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
--	--



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

**SÚMULA** Nº 50 − "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

## 15.2.4. DECLARAÇÕES

- a) Termo de opção e Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do **ANEXO II**, caso o(a) proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014;
- a.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação;
- a.2) A falta de apresentação da declaração exigida no subitem 15.2.4 alínea a) ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ; /	· /	



- b) DECLARAÇÃO CONJUNTA (Conforme modelo do ANEXO III) abrangendo as seguintes informações:
  - Declaração que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;
  - Declaração da licitante que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
  - Declaração da licitante assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera do Governo;
  - Declaração da licitante de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
  - Declaração da licitante que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa;
  - Declaração de que a empresa reúne condições de apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, a Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atestando a efetiva preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
  - Indicação do responsável que assinará a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração	) 2 <sup>a</sup> (Requerente) _	Visto do Jurídico
-----------------------------------	---------------------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 15.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **15.3.1.** Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 15.3.2. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, devendo para todos os fins, constar as chaves de autenticação para que se possa verificar a autenticidade dos mesmos.
- 15.3.3. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 15.3.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **15.3.5.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão pública virtual.
- **15.3.6.** Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
--	--



- 15.3.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 15.3.8. A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a INABILITAÇÃO do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto no subitem 15.3.9 deste edital.
- 15.3.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e ou trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 15.3.9.1. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e ou trabalhista, à microempresa ou empresa de pequeno porte será concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, sendo este prazo prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. Estas certidões deverão ser apresentadas em formato digital, via sistema.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **15.3.9.2.** A não regularização fiscal e ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02 ou revogar a licitação (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).
- **15.3.10.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, conforme **subitem 17.8.**

## 16. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **16.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 16.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou legislação em vigor, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- **16.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **16.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	---------------------



- **16.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 16.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 16.5. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 16.6. Os lances deverão ser formulados em campo próprio, sobre os valores unitários, distintos e decrescentes. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- **16.6.1.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 16.6.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 2,00 (dois reais).
- **16.6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **16.6.4.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	2ª (Requerente) Visto do Jurídico
--	-----------------------------------



- 16.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 16.8. O Pregoeiro disponibilizará 05 (cinco) itens por vez para disputa, os quais terão etapa de lances com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 16.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 16.8, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **16.8.2.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens 16.8 e 16.8.1**, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente.
- 16.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **16.10.** Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela Municipalidade.
- **16.10.1.** O descumprimento do disposto no **subitem 16.10** implicará a não contratação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico



- **16.11.** Fica a critério do **PREGOEIRO** a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.
- 16.11.1. No caso da proposta ser <u>cadastrada</u> erroneamente, tal valor não poderá ser corrigido após o término do cadastro, ficando a critério do PREGOEIRO, proceder à desclassificação da licitante para o item e/ou proposta.
- 16.12. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará o autor dos lances</u> aos demais participantes. O sistema permite o registro de lances que sejam superiores ao menor valor, que ficarão registrados em ordem decrescente de valor.
- 16.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **16.14.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 16.15. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo PREGOEIRO acerca da aceitação do lance de menor valor.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **16.16.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- **16.17.** As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo **PREGOEIRO**, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

## 17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 17.1. Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM.
- 17.2. Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- **17.2.1.** Nas condições do **subitem 17.2**, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- 17.2.2. A microempresa e empresa de pequeno de porte melhor classificada nos termos do subitem 17.2.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 17.2.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 17.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 17.2.1, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 17.3. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese (subitens 17.2 à 17.2.4), o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) Produzidos no País;
- **b)** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **17.3.1.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto Federal nº 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- **17.3.2.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 17.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- **17.4.1.** A negociação do **subitem 17.4** será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	,	



- 17.5. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019 e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no item 15.
- **17.6.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado.
- 17.6.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **17.7.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 17.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
(,	= (i i i qui i i ii)	



- 17.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de
   04 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 17.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação devidamente justificada do licitante, formulada antes do final do prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 17.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado ou do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 17.9. Após negociação e aceitação da melhor oferta pelo Pregoeiro, será procedido à abertura dos catálogos (apresentados conforme subitem 14.4.) e documentos relativos à Habilitação (conforme item 15 deste edital) do(s) autor(es) da proposta ou lance de menor preço.
- 17.9.1. Os documentos relativos aos catálogos e Habilitação que trata o subitem 17.9 serão os anexados pelo licitante no momento do cadastramento de sua proposta, conforme subitem 13.1.
- 17.9.2. A não apresentação dos documentos que trata o subitem 17.9 ou sua apresentação de forma defeituosa, ensejará na INABILITAÇÃO do licitante e possível aplicação de penalidade, observado o disposto no item 30.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 17.9.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no subitem 17.8.
- 17.9.4. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 17.9.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 17.9.5, e análise dos catálogos e documentos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, e somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências dos catálogos e/ou documentos de Habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta etapa o PREGOEIRO poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

Rubrica 1 <sup>a</sup> (S	Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **17.10.1.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 17.11. Após atendimento aos documentos de Habilitação, a empresa detentora da melhor oferta será declarada vencedora, e o Pregoeiro, se for o caso, poderá solicitar documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **17.12.** Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

#### 18. <u>DOS RECURSOS</u>

- **18.1.** Não serão reconhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 18.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte quando for o caso, o Pregoeiro informará via "chat" a data de abertura para que qualquer licitante manifeste a intenção de interpor recursos de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos. Os proponentes poderão manifestar suas motivações a partir da data e horário informados pelo Pregoeiro pelo prazo de até 15 (quinze) minutos em campo próprio do sistema.

Rubrica 1	1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente) _	Visto do Jurídico _	



- **18.3.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- **18.3.1.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- **18.3.2.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 18.4. Uma vez admitido o recurso será concedido ao recorrente o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 18.5. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- **18.6.** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico
--



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

# 19. DA ADJUDICAÇÃO

- 19.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s) proponente(s) vencedor(es).
- 19.1.1. Neste caso, o Pregoeiro encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17. do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- **19.2.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

# 20. <u>HOMOLOGAÇÃO</u>

- **20.1.** Compete à autoridade competente homologar o **PREGÃO**.
- 20.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do(s) proponente(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	, ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **21.1.** Os itens objeto deste **PREGÃO** serão registrados em Ata de Registro de Preços (conforme minuta constante no **ANEXO IV**) e contratados consoante às regras próprias do Sistema.
- 21.2. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação (conforme minuta constante no ANEXO V) que estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme Instrução nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **21.3.** Serão enviados a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação em formato PDF, à proponente adjudicatária através do e-mail contido no cadastro de dados do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR.
- 21.3.1. A Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação deverão ser impressos em 03 (três) vias de igual conteúdo, rubricadas em todas as suas páginas, com exceção da última, que deverá ser assinada pelo representante legal indicado.
- 21.3.2. Após assinatura, a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação deverão ser postados via Correios, através de carta registrada, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento do e-mail. O endereço para postagem é: Prefeitura Municipal de Registro Secretaria Municipal de Administração Licitações Rua José Antônio de Campos nº 250 Centro CEP: 11.900-000 Registro/SP.

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- **21.3.2.1.** O prazo para postagem poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- **21.3.2.2.** Este prazo refere-se somente à postagem, excluindo o prazo de entrega da correspondência, já que este varia conforme a região em que está sediada a empresa.
- **21.3.3.** A Prefeitura Municipal de Registro, por sua vez, colherá as assinaturas restantes, e, após, enviará a via da Detentora da Ata para o endereço indicado.
- **21.3.4.** O não envio da Ata de Registro de Preço à Prefeitura Municipal de Registro dentro do prazo estabelecido ensejará na aplicação das penalidades previstas neste edital como recusa injustificada para assinatura.
- **21.3.5.** Alegações como extravio deverão ser comprovadas através do A.R. emitido pela agência dos Correios.
- 21.4. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços e para as eventuais contratações, a Detentora da Ata deverá estar regular perante à Previdência Social e FGTS, podendo, para tanto, a Administração verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.
- **21.4.1.** A Detentora da Ata deverá manter as condições de habilitação consignadas no edital, durante a vigência da Ata de registro de preços.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



- 21.4.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços nas mesmas condições de sua oferta, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o item 30 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.
- 21.5. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da emissão da nota de empenho.
- 21.6. As Notas de Empenhos serão enviadas pelas Secretarias interessadas à Detentora da Ata por e-mail, caso haja interesse na retirada das Notas de Empenhos originais, a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes e retirar nas Secretarias solicitantes.
- 21.7. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte do proponente adjudicatário, sujeitando-os às sanções previstas no item 30.
- **21.8.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 21.8.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **21.8.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- **b)** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 21.8.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:
- a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;
- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 21.8.4. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 21.8.5. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou o objeto desnecessário.

# 22. <u>DA VIGÊNCIA</u>

22.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de Preços, durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

# 23. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

- **23.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade da Secretaria requisitante e as entregas realizadas parcialmente conforme indicação desta.
- 23.1.1. O fornecimento dos produtos, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro.
- 23.2. Os produtos deverão ser entregues e descarregados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Municipais, sito a Av. Clara Gianotti de Souza, nº 1.995 Vila Romão Registro/SP, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Registro.
- **23.2.1.** Os locais poderão ser alterados conforme indicação da Secretaria requisitante.
- 23.3. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes no ANEXO I Termo de Referência, propostas, catálogos apresentados e marcas ofertadas. Caso os produtos não se enquadrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos (ou outro documento complementar apresentado conforme item 14.4.), qualidade e/ou quantidades inferiores, fica a cargo da Secretaria requisitante solicitar a troca. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
` , ,	\ ,	



- 23.4. Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, nos locais indicados pela Secretaria, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.
- 23.4.1. Os produtos deverão ser entregues no local indicado, livres e desembaraçados com o transporte desde a origem até o destino final. Qualquer custo referente a tais produtos, bem como qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega ficará sob a responsabilidade da licitante vencedora.
- 23.5. Os pneus deverão conter o selo do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia), obrigatório para aqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior para motocicletas, automóveis de passageiros e veículos comerciais.
- 23.5.1. Deverão constar gravados na parede lateral externa dos pneus, as seguintes informações:
- Nome ou logomarca do fabricante;
- Data e local de fabricação mediante um grupo de 04 (quatro) números, sendo os dois primeiros indicando cronologicamente a semana de fabricação e os dois últimos indicam o ano da produção;
- Índice de carga e velocidade compatível com o veículo;
- Matricula D.O.T (Department of Transportation);
- Pneu sem câmara (este dado deverá ser gravado na parede lateral externa);

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2a (Requerente)	Visto do Jurídico
(,	= (110 que en 110)	



- Informação da classificação UTQG (Uniform Tire Quality Grading) que mede o nível de rendimento do pneu em função de três dados comparativos:
- a) Desgaste da banda de rodagem (treadwear)
- b) Aderência na pista (Traction)
- c) Resistência ao aquecimento (Temperature)
- 23.5.1.1. Na banda de rodagem deve incluir pelo menos seis filas transversais de indicadores de desgaste, dispostas aproximada de intervalos iguais e situados na cavidade em zona central que cobre aproximadamente ¾ (três quartos) da largura da mesma. Os indicadores de desgaste devem ser colocados de maneira a não serem confundidos com saliências de borracha entre os frisos ou blocos da banda de rodagem.
- 23.6. Prazo mínimo de garantia de fábrica de 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação.
- 23.7. Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) atestando a efetiva preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico _	
` ,	` ' /		



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 24. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 24.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da DETENTORA DA ATA e o presente Edital e seus anexos, podendo a PREFEITURA, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição do produto, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser entregue, no local e endereço indicado, de acordo com o item 23 deste Edital.
- **24.2.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- 24.2.1. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, inclusive, após o recebimento provisório, a PREFEITURA não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 24.2.2. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Fazenda e Orçamento. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal será devolvida à Contratada.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	, ,	



- 24.3. Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela entrega dos produtos, objeto desta licitação, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, através do(a) Senhor(a) Secretário(a) ou pessoa responsável por ele(a) indicado(a), sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- 24.3.1. Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
- a) Ordenar à licitante vencedora corrigir ou reentregar as partes dos produtos que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **24.3.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.
- 24.3.3. O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da DETENTORA DA ATA o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela PREFEITURA.
- **24.3.4.** A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------------------	-------------------



- 24.3.5. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos notificará a contratada por escrito, dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento dos materiais e respectivas montagens, sobre os itens que deverão ser substituídos, para que a troca ocorra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a comunicação da Secretaria requisitante. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **24.3.6.** Caberá à contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos, inclusive seguro.
- 24.4. O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a DETENTORA DA ATA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.
- 24.5. O recebimento definitivo n\u00e3o implica na falta de responsabiliza\u00e7\u00e3o da DETENTORA DA ATA pelos preju\u00e1zos que o produto fornecido venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- 24.6. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a DETENTORA DA ATA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (I	Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------	-------------------



- 24.7. O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a DETENTORA DA ATA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- **24.8.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **24.9.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:
- Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- Na hipótese de substituição/complementação/refazimento, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação, mantido o preço inicialmente contratado. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 25. DA GARANTIA

- 25.1. O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso, incluindo a remoção e devolução do objeto licitado, após, sanadas os problemas que se fizeram necessária o uso da garantia.
- 25.2. Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **25.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.
- 25.4. O prazo mínimo de garantia contra defeitos de fabricação, deverá ser de 05 (cinco) anos.
- **25.4.1.** Faculta-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, checar junto aos fabricantes, os prazos de garantia dos produtos, constituindo inadimplência contratual o fato de a CONTRATADA oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	
--	--



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **25.5.** Compreende-se como garantia a troca do produto, tudo sem custos adicionais à Prefeitura Municipal de Registro nos casos em que comprovadamente não tenham havido mau uso, inclusive com a retirada e o transporte do produto, caso necessário.
- **25.5.1.** A garantia compreenderá, inclusive, os casos em que o produto perca a sua condição originalmente contratada, não decorrente de mau uso, como por exemplo: deformação da estrutura ocasionada pelo transporte.
- **25.6.** Durante o período da garantia, a mesma deverá ser prestada sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Registro.

## 26. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 26.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada/Detentora da Ata deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 26.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.
- 26.3. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento (ANEXO VI), desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- **26.3.1.** As datas relacionadas no **ANEXO VI** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **26.4.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- 26.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- **26.6.** Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

# 27. <u>DO CRITÉRIO DE REAJUSTE</u>

**27.1.** O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

## 28. <u>DA DISPENSA DE GARANTIA</u>

**28.1.** Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente **PREGÃO**.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## 29. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

#### 29.1. DOS DIREITOS

29.1.1. Constituem direitos do ÓRGÃO GERENCIADOR receber o objeto nas condições avençadas e do DETENTOR DA ATA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

# 29.2. DAS OBRIGAÇÕES

- 29.2.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a entrega dos produtos;
- d) Notificar por escrito à DETENTORA DA ATA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção, bem como comunicar à mesma com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- e) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico
, , =	\	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

## 29.2.2. Constituem obrigações do DETENTOR DA ATA:

- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação e ANEXO I, responsabilizando-se pela exatidão da entrega dos produtos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos itens, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-------------------	-------------------



- g) Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a entrega dos produtos;
- h) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO
   GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas dos itens, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Ata de Registro de Preços;
- Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- m) Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` '	, ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- n) A DETENTORA DA ATA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;
- Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da DETENTORA DA ATA.

# 30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **30.1.** Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- **30.1.1.** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	2ª (Requerente) Visto do Jurídico
--	-----------------------------------



- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 30.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	, , ,	



- 30.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente documentos de habilitação e/ou documentos complementares, da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
- b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 30.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, bem como não apresentar os documentos solicitados para esse momento, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
- b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
,	, ,	



- 30.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços e/ou pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
- a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de
   2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 30.6. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 30.7. Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no subitem 30.1.1 alíneas c) e/ou d).
- 30.8. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	` '	



- 30.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- **30.9.1.** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco)** dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- 30.9.2. A sanção estabelecida no subitem 30.1.1 alínea d) é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 30.10. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até 10 (dez) dias da data de sua cominação, mediante quia de recolhimento oficial.
- 30.10.1. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 30.10.2. Na impossibilidade da aplicação do subitem 30.10.1 o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

30.11. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-seá comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

### 31. <u>DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>

- **31.1.** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público.
- 31.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 31.3. O DETENTOR DA ATA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-----------------------------	-------------------



- 31.4. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- a) Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;
- **b)** Inobservância de dispositivos legais;
- c) Dissolução de empresa Contratada;
- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **31.5.** Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- 31.6. Por ato unilateral do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº
   8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega dos produtos, nos prazos estipulados;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- c) Atraso injustificado na entrega dos produtos;
- d) Paralisação da entrega dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR:
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

## 32. <u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>

- **32.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 32.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- **32.3.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



- **32.4.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.
- **32.5.** (O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO.**
- **32.6.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- **32.7.** O(s) proponente(s) é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- **32.8.** A adjudicação do(s) item(s) deste **PREGÃO** não implicará em direito à contratação.
- 32.9. Ao PREGOEIRO ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- **32.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) do(s) proponente(s) adjudicatária(o)(s), farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- **32.11.** Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação vigente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 32.12. O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município Diário Eletrônico em <a href="www.registro.sp.gov.br">www.registro.sp.gov.br</a> e divulgados no site Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR <a href="https://comprasbr.com.br">https://comprasbr.com.br</a>.
- 32.13. É de inteira responsabilidade das empresas licitantes o acompanhamento dos esclarecimentos/adendos/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação, dos quais serão disponibilizados no site do Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR - <a href="https://comprasbr.com.br">https://comprasbr.com.br</a>.
- **32.14.** O Foro da Comarca de Registro/SP, será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.
- **32.15.** Integram o presente Edital:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

ANEXO VI - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 2020.

Registro/SP, 17 de março de 2020.

## ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR Secretário Municipal de Administração - Substituto

# <u>VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA</u>

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

# 1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. - O objeto do presente termo de referência é o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS DA LINHA PESADA E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

# <u>2 – ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E VALOR ESTIMADO PARA A</u> CONTRATAÇÃO

- **2.1.** O valor estimado para o certame tem caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme Artigo 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019. Os valores médios foram obtidos através de pesquisa de preços, constante nos autos do **processo administrativo nº 019/2020.**
- 2.2. Os produtos a serem contratados deverão satisfazer as especificações mínimas abaixo descritas, e serem executadas nas quantidades solicitadas pela Secretaria interessada. A Administração Municipal não tem obrigatoriedade de contratar quantidades mínimas, devendo a contratada fornecer as quantidades a ela contratada.
- 2.3. Seque abaixo as especificações detalhadas dos itens a serem licitados:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Nublica i (Sec. de Administração)	_ 2 (Nequerente)	_ visto do suridico



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QNT.	TIPO DE COTA
1	030.39.11762 - Pneus em construção radial para automóvel de passeio com as seguintes especificações:  - Medida: 175 / 70 r 13  - Código de velocidade de no mínimo T  - Capacidade de carga de no mínimo 82  - Diâmetro externo de no mínimo 572 mm  - Profundidade de Sulco de no mínimo 7,1 mm  - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 400 / A / B  - Pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	252	ABERTA
2	030.39.11763 - Pneus em construção radial para automóvel de passeio com as seguintes especificações: - Medida: 175 / 70 r 14 - Código de velocidade de no mínimo T - Capacidade de carga de no mínimo 88 - Diâmetro externo de no mínimo 600 mm - Profundidade de Sulco de no mínimo 7,1 mm - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 400 / A / B - Pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	168	ABERTA
3	030.39.11764 - Pneus em construção radial para automóvel de passeio com as seguintes especificações:  - Medida: 185 / 70 r 14  - Código de velocidade de no mínimo T  - Capacidade de carga de no mínimo 88  - Diâmetro externo de no mínimo 614 mm  - Profundidade de Sulco de no mínimo 7,1 mm  - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 400 / A / B  - Pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	424	ABERTA
4	030.39.11766 - Pneu para automóvel utilitário construção radial com as seguintes especificações -Medida 205 / 70 R 15 -Índice de carga de do mínimo do 96 -Índice de velocidade do mínimo T -Diâmetro externo total de do mínimo 668 mm -Profundidade de sulco de do mínimo 9,5 mm - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 460 / A / B O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	244	ABERTA
5	030.39.11767 - Pneu para veículo utilitário em construção radial com as seguintes especificações:  - Medidas 205 / 75 R16  -Índice de carga de do mínimo do 113  -Índice de velocidade do mínimo Q  -Diâmetro externo total de do mínimo 713 mm  -Profundidade de sulco de do mínimo 10,5 mm  O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	92	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



6	030.39.11768 - Pneu para veículo utilitário em construção radial com as seguintes especificações: -Medida 225 / 75 R 16 - Índice de carga de do mínimo do 118 -Índice de velocidade do mínimo R -Diâmetro externo total de do mínimo 743 mm -Profundidade de sulco de do mínimo 11 mm O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	24	ABERTA
7	030.39.11769 - Pneu para veículo utilitário em construção radial com as seguintes especificações:  - Medida 235 / 75 R 15  -Índice de carga de do mínimo do 109  -Índice de velocidade do mínimo S  -Diâmetro externo total de do mínimo 733 mm  -Profundidade de sulco de do mínimo 10,3 mm  - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 360 / A / B O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	8	ABERTA
8	030.39.11771 - Pneu para veículo utilitário em construção radial com as seguintes especificações -Medida de pneu 265 / 70 R16 -Índice de carga de do mínimo do 110 -Índice de velocidade do mínimo T -Diâmetro externo total de do mínimo 777mm -Profundidade de sulco de do mínimo 9,5 mm - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 460 / A / A O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida	UN	16	ABERTA
9	030.39.11772 - Pneu para motocicleta com as seguintes especificações: - Medida do pneu 3.50-16 - Índice de carga de no mínimo 58 - Índice de velocidade de no mínimo P O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida	UN	1	ABERTA
10	030.39.11773 - Pneu traseiro para motocicleta com as seguintes especificações: - Medida do pneu 2.75-18 - Índice de carga de no mínimo 42 - Índice de velocidade de no mínimo P - O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida	UN	1	ABERTA
11	030.39.11774 - Pneu para motocicleta com as seguintes especificações: - Medida do pneu 80.100.18 - Índice de carga de no mínimo 47 - Índice de velocidade de no mínimo P O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida	UN	3	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



12	030.39.11775 - Pneus para motocicleta com as seguintes especificações: - Medida do pneu 90.90.18 - Índice de carga de no mínimo 57 - Índice de velocidade de no mínimo P - O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida	UN	3	ABERTA
13	030.39.11776 - Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado com câmara com as seguintes especificações: - Medida do pneu 10.5/65 R 16 Capacidade máxima de no mínimo 1.900 kg - Índice de velocidade de no mínimo 10 km/h		12	ABERTA
14	030.39.11777 - Pneu em construção radial destinado para eixos direcionais para veículos pesados com as seguintes especificações: -Medida de pneu 11.00 r 22 -Índice de carga de no mínimo 151/146 -Índice de velocidade de no mínimo K -Capacidade de lonas 16 -Largura de aro de medição em polegadas 8.00 -Diâmetro externo 1128 mm no mínimo -Largura da secção 299 mm no mínimo -Capacidade de carga de eixo simples (kg) 6.900 no mínimo -Profundidade de sulco 14,6 mm no mínimo -Paio estático 524 mm no mínimo - Peso mínimo aproximado de 63,80 kg O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.		6	ABERTA
15	030.39.11780 - Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado sem câmara com as seguintes especificações: - Medida do pneu 14.9-24 - Índice de carga e índice de velocidade de no mínimo 8 - Carga máxima (kg) no mínimo 1760 mm - Diâmetro externo no mínimo 1265 mm - Largura da secção sem carga no mínimo 378 mm - Lastro de água (litros=kg) 178 no mínimo - Circunferência do rolamento no mínimo 3.778 mm - O pneu deverá ser primeira vida.	UN	6	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico



16	030.39.11781 - Pneu em construção diagonal com as seguintes especificações: -Medida de pneu 18.4-34 -Índice de carga e velocidade de no mínimo 12 -Carga máxima (KG) no mínimo 3.375 kg -Diâmetro externo 345 polegadas -Diâmetro externo 1657 mm no mínimo -Lastro de água (litros/ kg) do mínimo 379 -Aro de medição de no mínimo 16.00 polegadas -Circunferência do rolamento de no mínimo 4.943 mm O pneu deverá ser primeira vida	UN	6	ABERTA
17	030.39.11782 - Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado com câmara com as seguintes especificações:  - Medida do pneu 14.9-28  - Índice de carga e índice de velocidade de no mínimo 8  - Carga máxima (kg) no mínimo 1880  - Circunferência de rolamento de no mínimo 4.119 mm  - Largura da secção sem carga no mínimo 378 mm  - Diâmetro externo no mínimo 1657 mm  - Lastro de água (litros=kg) 201 no mínimo  - O pneu deverá ser primeira vida.	UN	18	ABERTA
18	030.39.11783 - Pneu em construção diagonal com as seguintes especificações: -Medida do pneu 9.5-24 -Índice de carga e velocidade de no mínimo 6 - diâmetro externo no mínimo 1048 mm - Largura da secção sem carga 241 mm no mínimo - Lastro de água (litros=kg) de no mínimo 64 - Aro de medição 8,00 polegadas - Circunferência de rolamento de no mínimo 3.144 mm -Carga máxima 940 kg no mínimo O pneu deverá ser primeira vida.	UN	18	ABERTA
19	030.39.11784 - Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado sem câmara com as seguintes especificações: - Medida do pneu 16.9-28 - Índice de carga e índice de velocidade de no mínimo 12 - Carga máxima (kg) no mínimo 2.450 -Lastro de água (litros=kg) 261 no mínimo - Diâmetro externo no mínimo 1410 mm - Circunferência do rolamento no mínimo 4.179 mm - Aro de medição de no mínimo 15.00 polegadas O pneu deverá ser primeira vida.	UN	18	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico	



20	030.39.11785 - Pneu em construção diagonal sem câmara para uso em equipamentos de terraplanagem com resistência superior a cortes e perfurações com as seguintes especificações:  - Medida do pneu 17.5-25  - Classificação de lonas 12  - Largura do aro de medição em polegada 14.00  - Diâmetro externo no mínimo 1348 mm  - Largura total de 445 mm no mínimo  - Peso no mínimo 397 kg  - Profundidade de sulcos 25 mm no mínimo  - O pneu deverá ser primeira vida.	UN	12	ABERTA
21	030.39.11786 - Pneu em construção diagonal sem câmara com as seguintes especificações: -Medida do pneu 12.16.5 -Índice de carga de no mínimo 10 - diâmetro externo no mínimo 831 mm - Largura da secção sem carga 307 mm no mínimo - Aro de medição 9,75 polegadas - Carga máxima 2540kg no mínimo - Circunferência de rolamento de no mínimo 2.549 mm - O pneu deverá ser primeira vida	UN	12	ABERTA
22	030.39.11787 - Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado sem câmara com as seguintes especificações: -Medida: 19.5-24; -Capacidade de carga e velocidade de no mínimo 12 -Capacidade máxima (kG) no mínimo 3.450 - Largura da Secção sem carga 495 mm no mínimo -Diâmetro externo 1339 mm no mínimo -Circunferência do rolamento de no mínimo 3.914 mm - Aro de medição 16.00 polegadas O pneu deverá ser primeira vida	UN	12	ABERTA
23	030.39.11792 - Pneu em construção radial sem câmara destinado para eixos de tração para veículos pesados com as seguintes especificações: - Medida do pneu 275.80 R 22.5 - Índice de carga no mínimo 149/145 - Índice de velocidade no mínimo L - 16 lonas no mínimo - Largura do aro 7.5 polegadas - Diâmetro externo mínimo 1032 mm - Largura da secção mínimo 272 mm - carga por eixo simples no mínimo 6.300 kg - Capacidade de carga por eixo duplo no mínimo no mínimo 11.600 kg - Profundidade do sulco 18.1 mm no mínimo - Peso mínimo exigido de 62,30 Kg O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	40	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



24	030.39.11793 - Pneu em construção radial destinado para eixos direcionais para com as seguintes especificações: - Medida do pneu 7.50-16 - Profundidade de sulco do mínimo 10 mm - capacidade de carga em eixo simples no mínimo 122 (1.500 kg) - Capacidade de carga em eixo duplo no mínimo 120 (1.400 kg) - símbolo de velocidade no mínimo L (120 km/h) - Diâmetro externo no mínimo 802 mm - Peso mínimo aproximado de 20,4 kg O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	16	ABERTA
25	030.39.11795 - Pneu em construção radial sem câmara destinado para eixos de direcionais para veículos pesados com as seguintes especificações:  - Medida do pneu 9.00-20  - Índice de carga no mínimo 141/139  - Índice de velocidade no mínimo L  - Capacidade de carga em eixo simples no mínimo 2.575 kg  - Capacidade de carga em eixo duplo no mínimo 2.430 kg  - Diâmetro externo mínimo 1018 mm  - Profundidade do sulco 13,7 mm no mínimo  - Peso mínimo exigido de 47,30 Kg  O Pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	84	ABERTA
26	030.39.12068 - Pneu para automóvel de passeio construção radial com as seguintes especificações: -Medida 195 60 R15 -Índice de carga de do mínimo do 88 -Índice de velocidade do mínimo V -Profundidade de sulco de do mínimo 7,2 mm - UTQG (UNIFORM TIRE QUALITY GRADE) de no mínimo 340 / A / A - Carga máxima de no mínimo (560 kg) O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida	UN	156	ABERTA
27	030.39.12069 - Pneu em construção diagonal com câmara destinado para eixos de tração para veículos pesados com as seguintes especificações:  - Medida do pneu 9.00-20  - Índice de carga no mínimo 140/137 (2500/2300 kg)  - Índice de velocidade de no mínimo J (100 KM/H)  -14 lonas do mínimo  - largura do aro de medição 7.00 polegadas  - Diâmetro externo no mínimo 1012 mm  -Profundidade de sulco 19,5 mm no mínimo  - Capacidade carga de eixo duplo (KG) 4.800 no mínimo  - O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	168	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



28	030.39.12070 - Pneu em construção radial com câmara destinado para eixos de tração de veículos pesados com as seguintes especificações: -Medida de pneu 11.00 R 22 -Índice de carga 152/146 -Índice de velocidade J (100 KM/H) -Capacidade de lonas 16 -Largura de aro de medição em polegadas 8.00 -Diâmetro externo 1056 mm no mínimo -Largura da secção 295 mm no mínimo -Capacidade de carga de eixo simples (kg) 6950 no mínimo -Profundidade de sulco 19,9 mm no mínimo -Capacidade de carga no mínimo (KG) 3350/3000 -Raio estático 528 mm no mínimo -capacidade de carga por eixo duplo no mínimo 12.190 kg Peso mínimo aproximado de 73,40 kg O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	14	ABERTA
29	030.39.12183 - PNEU PARA VEÍCULO UTILITÁRIO EM CONSTRUÇÃO RADIAL COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: Medida de pneu 225/65 R16; Índice de carga de do mínimo do 112; Índice de velocidade do mínimo R; Diâmetro externo total de do mínimo 698,9; Profundidade de sulco de do mínimo 10.5 MM. O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	24	ABERTA
30	030.39.12184 - PNEU EM CONSTRUÇÃO RADIAL DESTINADO PARA EIXOS DE TRAÇÃO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: medida do pneu 7.50-16; profundidade de sulco do mínimo 10 mm; capacidade de carga em eixo simples no mínimo 122 ( 1.500 kg); capacidade de carga em eixo duplo no mínimo 120 ( 1.400 kg); símbolo de velocidade no mínimo L ( 120 km/h ); Diâmetro externo no mínimo 802 mm; Peso mínimo aproximado de 21 kg. O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	40	ABERTA
31	030.39.12185 - PNEU EM CONSTRUÇÃO RADIAL DESTINADO PARA EIXOS DIRECIONAIS PARA VEÍCULOS PESADOS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: Medida de pneu 215.75 r 17.5; Índice de carga 126/124; Capacidade de no mínimo 12 lonas; Índice de velocidade de no mínimo M ( até 130 KM/H); Profundidade mínima de sulco de 12,00 mm; Carga por eixo simples de no mínimo 3.400 kg; capacidade de carga por eixo duplo no mínimo de 6.400 kg; Diâmetro livre de do mínimo de 774 mm; largura da secção no mínimo 214 mm; Peso mínimo aproximado de 26,40 kg. O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	28	ABERTA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico
--	--------------------------------------	-----------------	---------------------



32	030.39.12186 - PNEU EM CONSTRUÇÃO RADIAL DESTINADO PARA EIXOS DE TRAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS EM TRECHO URBANO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: Medida do pneu 215.75 R 17.5; Índice de carga de no mínimo 126/124; Índice de velocidade de no mínimo L; Carga para eixo simples de no mínimo 3400 kg; Diâmetro livre no mínimo 775 mm; Profundidade de sulco de no mínimo 13.00 mm; Peso mínimo aproximado de 23,5 kg; Capacidade de carga por eixo duplo no mínimo de 6.400 kg. O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	56	ABERTA
33	030.39.12187 - PNEU EM CONSTRUÇÃO RADIAL DESTINADO PARA EIXOS DE DIRECIONAIS E DE TRAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: Medida do pneu 235.75.17.5; Largura total no mínimo 238 mm; índice de carga no mínimo 132/130; índice de velocidade no mínimo L; Profundidade de sulco no mínimo 13.4 mm; Capacidade de Carga de eixo simples no mínimo 4.000 Kg; capacidade de carga por eixo duplo no mínimo 7.600 kg; Diâmetro livre de no mínimo de 797 mm; Peso mínimo aproximado de 29,6 kg. O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	32	ABERTA
34	030.39.12188 - PNEU EM CONSTRUÇÃO RADIAL SEM CÂMARA DESTINADO PARA EIXOS DE DIRECIONAIS PARA VEÍCULOS PESADOS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: Medida do pneu 275.80 R 22.5; Índice de carga de no mínimo 149/146; Índice de velocidade de no mínimo L; Carga por eixo simples de no mínimo 4.000 kg; capacidade de carga por eixo duplo no mínimo 12.000 kg; 16 lonas no mínimo; Largura do aro 7.5 polegadas; Diâmetro externo mínimo 1019 mm; Largura da secção mínimo 276 mm; Profundidade do sulco 14,7 mm no mínimo; Peso mínimo exigido de 57,10 Kg. O pneu deverá ser certificado pelo Inmetro e deverá ser primeira vida.	UN	16	ABERTA
35	030.39.11779 - Pneu em construção diagonal destinado para equipamentos em serviços de nivelamento com barras de rodagem em ângulos duplamente ligadas ao centro com excelente capacidade de tração e alta resistência a cortes e impactos sem câmara com as seguintes especificações: -Medida do pneu 14.00-24 - Velocidade mínima de 50 KM/H -Diâmetro externo no mínimo 1368 mm -Largura do aro de medição de no mínimo 10.00 polegadas -Capacidade de Carga de no mínimo 5.600 kg - Largura total no mínimo 375 mm - Raio estático no mínimo 534 mm -Profundidade do desenho 25 mm no mínimo - Peso mínimo de 163 kg O pneu deverá ser primeira vida.	UN	66	RESERVADA

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Reguerente)	Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 040/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PE AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS DEST	INADOS AOS	S VEÍCULO	S LEVÉS, \	VEÍCULOS	DA
LINHA PESADA E MAQUINÁRIOS F REGISTRO/SP.	PERTENCENT	TES A F	ROTA MU	INICIPAL	DE
(non (endereç , vem a com fundamento no artigo 3º e seus parágra de 2006, manifestar a sua opção pelo tratame do tratamento ali previsto.	o), inscrita através de seu fos da Lei Com	ı representa nplementar	CNPJ s ante legal ab nº 123, de 1	5 de dezer	mbro
DECLARA ainda, ser:					
Microempresa e não haver nenhum dos 3º da Lei Complementar nº 123/2006.  Benerosa de pequeno porte e não have	r nenhum dos				
§ 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123  Declaro ainda ter conhecimento dos termos r de preferência como critério de desempate r  019/2020, realizado pela Prefeitura Municip último mês não houve o desenquadramento nenhumas das situações previstas no artigo 14 de dezembro de 2006 (artigo 3º. § 6º, Lei	na integra, esta no procedimen al de Registro de sua condio 3º, § 4º, Inciso	nto licitatório o. Declaro a ção, não tel os I a X, da	o do <b>Pregão</b> ainda, que i ndo a mesm Lei Comple	Eletrônic no decorre na incorrido	on <sup>o</sup> er do o em
Por ser verdade, firmamo	s a presente s	ob as penas	s da Lei.		
Em de		de 2020.			
(assinatura do responsável p	pela proposta e	carimbo da	 empresa)		

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) \_\_\_\_\_\_ 2ª (Requerente) \_\_\_\_\_ Visto do Jurídico \_\_\_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 040/2020 PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS DA LINHA PESADA E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP.

- Declaro, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, e assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à sua habilitação;
- Declaro, com relação ao que se refere o artigo 2º do Decreto nº 42.911, de 6 de março de 1998, que não possuímos no nosso quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- Declaro a inexistência de fato impeditivo quanto à: participação em licitação e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02; e participação em licitação ou contratação com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93 (conforme Súmula nº 51 do TCESP);
- Declaro ter conhecimento e aceitar as condições estabelecidas no Edital acima referido para cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
- Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público municipal da ativa;
- Declaro, de que a empresa reúne condições de apresentar no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, a Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atestando a efetiva preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;

ompleto), Porta	dor(a) da Carteira de Identidade n	o	e do CP
	Registro/SP, de	de 2020.	
	(assinatura do representante legal		

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) \_\_\_\_\_\_ 2ª (Requerente) \_\_\_\_\_ Visto do Jurídico \_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2020

nil e
DE
na
ato
iro,
nº
XX,
ulo,
sa:
na
oas
,
stro
nº
na
nos
, as
, as <b>jos</b>
jos
gos nº
gos nº nº
nº nº stas
nº nº stas

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) \_\_\_\_\_\_ 2ª (Requerente) \_\_\_\_\_ Visto do Jurídico \_\_\_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	MARCA	VL. UNIT	VL. TOTAL
1						
	VALOR TOTAL:		•		l	

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PNEUS DESTINADOS AOS VEÍCULOS LEVES, VEÍCULOS DA LINHA PESADA E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE REGISTRO/SP, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, através de Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 1.2. A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização da Ata de Registro de Preços se dar na forma do § 4º do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- 1.3. As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas. A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	--------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1.	O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata
	de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à
	validade do presente Registro de Preços, (/
	a/, durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será
	obrigado a contratar os serviços referido na CLÁUSULA PRIMEIRA
	exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo
	mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos
	ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a
	Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto,
	garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla
	defesa

# CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA

- **3.1.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade da Secretaria requisitante e as entregas realizadas parcialmente conforme indicação desta.
- 3.2. O fornecimento dos produtos, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
` , , –		



- 3.3. Os produtos deverão ser entregues e descarregados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Municipais, sito a Av. Clara Gianotti de Souza, nº 1.995 Vila Romão Registro/SP, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Registro.
- **3.3.1.** Os locais poderão ser alterados conforme indicação da Secretaria requisitante.
- 3.4. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes no ANEXO I Termo de Referência, propostas, catálogos apresentados e marcas ofertadas. Caso os produtos não se enquadrem em condições satisfatórias, contendo marcas divergentes das cotadas e especificações divergentes dos catálogos (ou outro documento complementar apresentado conforme item 14.4. do edital), qualidade e/ou quantidades inferiores, fica a cargo da Secretaria requisitante solicitar a troca. Devendo a empresa vencedora responsabilizar-se pela troca e/ou complementação dos mesmos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação.
- 3.5. Os produtos deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, nos locais indicados pela Secretaria, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão-de-obra, etc.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 3.5.1. Os produtos deverão ser entregues no local indicado, livres e desembaraçados com o transporte desde a origem até o destino final. Qualquer custo referente a tais produtos, bem como qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega ficará sob a responsabilidade da licitante vencedora.
- 3.6. Os pneus deverão conter o selo do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia), obrigatório para aqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior para motocicletas, automóveis de passageiros e veículos comerciais.
- 3.6.1. Deverão constar gravados na parede lateral externa dos pneus, as seguintes informações:
- Nome ou logomarca do fabricante;
- Data e local de fabricação mediante um grupo de 04 (quatro) números, sendo os dois primeiros indicando cronologicamente a semana de fabricação e os dois últimos indicam o ano da produção;
- Índice de carga e velocidade compatível com o veículo;
- Matricula D.O.T (Department of Transportation);
- Pneu sem câmara (este dado deverá ser gravado na parede lateral externa);
- Informação da classificação UTQG (Uniform Tire Quality Grading) que mede o nível de rendimento do pneu em função de três dados comparativos:
- a) Desgaste da banda de rodagem (treadwear)
- b) Aderência na pista (Traction)
- c) Resistência ao aquecimento (Temperature)

Rubrica 1ª (Sec. de Administração	) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
-----------------------------------	-------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 3.6.1.1. Na banda de rodagem deve incluir pelo menos <u>seis filas transversais de</u> <u>indicadores de desgaste</u>, dispostas aproximada de intervalos iguais e situados na cavidade em zona central que cobre aproximadamente ¾ (três quartos) da largura da mesma. Os indicadores de desgaste devem ser colocados de maneira a não serem confundidos com saliências de borracha entre os frisos ou blocos da banda de rodagem.
- 3.7. Prazo mínimo de garantia de fábrica de 05 (cinco) anos, contra defeitos de fabricação.
- 3.8. Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) atestando a efetiva preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável.

# CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 4.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da DETENTORA DA ATA e o presente Edital e seus anexos, podendo a PREFEITURA, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição do produto, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser entregue, no local e endereço indicado, de acordo com a CLÁUSULA TERCEIRA desta Ata de Registro de Preços.
- **4.2.** Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- 4.2.1. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, inclusive, após o recebimento provisório, a PREFEITURA não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 4.2.2. A comprovação do recebimento definitivo se fará mediante assinatura do funcionário responsável no verso da Nota Fiscal, que posteriormente deverá encaminhá-la para pagamento junto a Secretaria de Fazenda e Orçamento. Constatada irregularidade, a empresa será notificada para regularização, e a nota fiscal será devolvida à Contratada.
- 4.3. Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela entrega dos produtos, objeto desta licitação, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, através do(a) Senhor(a) Secretário(a) ou pessoa responsável por ele(a) indicado(a), sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- **4.3.1.** Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
- Ordenar à licitante vencedora corrigir ou reentregar as partes dos produtos que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- **4.3.2.** A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ,	\ ,	



- **4.3.3.** O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA.**
- 4.3.4. A recusa do objeto no processo de fiscalização, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado. Ocorrendo tal interrupção, independentemente do número de vezes que o objeto for recusado no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.
- 4.3.5. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos notificará a contratada por escrito, dentro do prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento dos materiais e respectivas montagens, sobre os itens que deverão ser substituídos, para que a troca ocorra no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a comunicação da Secretaria requisitante. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.
- **4.3.6.** Caberá à contratada arcar com as despesas de embalagem, frete e despachos inerentes aos itens a serem substituídos, inclusive seguro.
- 4.4. O uso pela PREFEITURA de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a PREFEITURA efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a DETENTORA DA ATA das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



- 4.5. O recebimento definitivo n\u00e3o implica na falta de responsabiliza\u00e7\u00e3o da DETENTORA DA ATA pelos preju\u00e1zos que o produto fornecido venha causar a PREFEITURA OU A TERCEIROS.
- 4.6. A PREFEITURA se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata de Registro de Preços, arcando a DETENTORA DA ATA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da PREFEITURA.
- 4.7. O recebimento pela PREFEITURA, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a DETENTORA DA ATA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- **4.8.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **4.9.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:
- Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) _	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
` ; /=	\ ' ' /	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

Na hipótese de substituição/complementação/refazimento, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação, mantido o preço inicialmente contratado. A não reposição no prazo estabelecido constitui motivo para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, assim também como possível aplicação de penalidades.

# **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA**

- 5.1. O objeto do presente processo tem garantia quanto a vícios ocultos e aparentes ou defeitos da coisa, devendo o licitante vencedor eliminá-los às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso, incluindo a remoção e devolução do objeto licitado, após, sanadas os problemas que se fizeram necessária o uso da garantia.
- 5.2. Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).
- **5.3.** No que couber, aplica-se a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor.
- 5.4. O prazo mínimo de garantia contra defeitos de fabricação, deverá ser de05 (cinco) anos.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 5.4.1. Faculta-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, checar junto aos fabricantes, os prazos de garantia dos produtos, constituindo inadimplência contratual o fato de a CONTRATADA oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.
- 5.5. Compreende-se como garantia a troca do produto, tudo sem custos adicionais à Prefeitura Municipal de Registro nos casos em que comprovadamente não tenham havido mau uso, inclusive com a retirada e o transporte do produto, caso necessário.
- **5.5.1.** A garantia compreenderá, inclusive, os casos em que o produto perca a sua condição originalmente contratada, não decorrente de mau uso, como por exemplo: deformação da estrutura ocasionada pelo transporte.
- 5.6. Durante o período da garantia, a mesma deverá ser prestada sem quaisquer ônus à Prefeitura Municipal de Registro.

# **CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 6.1. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada/Detentora da Ata deverá ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
Nublica 1" (Sec. de Administração)		_ visio do Julidico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- 6.3. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento (ANEXO VI), desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- **6.3.1.** As datas relacionadas no **ANEXO VI** poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- **6.4.** A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- **6.5.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- 6.6. Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

**7.1.** O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.

	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

- **8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **8.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- **b)** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **8.4.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações, observadas as condições do Art. 65 da 8.666/93;
- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 8.5. Não havendo êxito nas negociações, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **8.6.** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou o objeto desnecessário.

# CLÁUSULA NONA - DA DISPENSA DE GARANTIA

9.1. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

#### 10.1. DOS DIREITOS

10.1.1. Constituem direitos do ÓRGÃO GERENCIADOR receber o objeto nas condições avençadas e do DETENTOR DA ATA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

#### 10.2. DAS OBRIGAÇÕES

- 10.2.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para a entrega dos produtos;
- d) Notificar por escrito à DETENTORA DA ATA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para a sua correção, bem como comunicar à mesma com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

#### 10.2.2. Constituem obrigações do DETENTOR DA ATA:

- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação e ANEXO I, responsabilizando-se pela exatidão da entrega dos produtos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos itens, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
------------------------------------	-------------------	-------------------



- g) Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a entrega dos produtos;
- h) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO
   GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Obedecer aos prazos estipulados e as quantidades solicitadas dos itens, e cumprir todas as exigências constantes no edital e Ata de Registro de Preços;
- Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não tenham sido satisfatórios ou não atenderem as condições editalícias;
- **m)** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
, ,	, ,	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- n) A DETENTORA DA ATA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata de Registro de Preços;
- Os direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da DETENTORA DA ATA.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- **11.1.1.** Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:
- a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 11.2. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



- 11.3. A licitante que recusar injustificadamente e/ou deixar de entregar total ou parcialmente documentos de habilitação e/ou documentos complementares, da(s) qual(is) foi declarada melhor oferta, ou não apresentá-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor ofertado;
- b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, bem como não apresentar os documentos solicitados para esse momento, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
- b) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços e/ou pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



- Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de
   2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
- c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 11.6. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- **11.7.** Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no **item 11.1.1 alíneas c)** e/ou **d).**
- 11.8. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- 11.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico	Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	------------------------------------	-----------------	-------------------



- **11.9.1.** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- 11.9.2. A sanção estabelecida no item 11.1.1 alínea d) é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 11.10. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até 10 (dez) dias da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- 11.10.1. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 11.10.2. Na impossibilidade da aplicação do item 11.10.1 o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- 11.11. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-seá comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------------



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **12.1.** O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Tiver presentes razões de interesse público.
- 12.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 12.3. O DETENTOR DA ATA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 12.4. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- a) Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;
- b) Inobservância de dispositivos legais;

mesecritariola de diopeciates	logalo,	
Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	_ 2ª (Requerente)	_ Visto do Jurídico



- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **12.5.** Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- 12.6. Por ato unilateral do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº
   8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega dos produtos, nos prazos estipulados;
- **c)** Atraso injustificado na entrega dos produtos;
- d) Paralisação da entrega dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto da Ata de Registro de Preços, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1. A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Pregão Eletrônico nº 019/2020 e à proposta da DETENTORA DA ATA, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EFICÁCIA

**14.1.** A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na Imprensa Oficial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

**15.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de REGISTRO para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

GILSON WAGNER FANTIN Prefeito Municipal P/ Órgão Gerenciador	REPRESENTANTE LEGAL P/ Detentor da Ata
Testemunhas:	
Nome R.G.:	Nome R.G.:

<u>VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDIC</u>

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) \_\_\_\_\_\_ 2ª (Requerente) \_\_\_\_\_ Visto do Jurídico \_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

# ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Atendimento às Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

ÓRGÃO GERENCIADOR:
Na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR e DETENTOR DA ATA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.
Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciandose, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.
Local e data.
ÓRGÃO GERENCIADOR
NOME E CARGO:
E-MAIL INSTITUCIONAL:
E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:
DETENTOR DA ATA
NOME E CARGO: E-MAIL INSTITUCIONAL: E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:(*) Facultativo. Indicar quando já constituído.
Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (Requerente) Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### **ANEXO VI - CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 2020**

MÊS: Janeiro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade			20/jan
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria			24/jan
Pagamento das Notas Fiscais			30/jan

MÊS: Fevereiro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	29/jan	10/fev	14/fev
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	04/fev	13/fev	19/fev
Pagamento das Notas Fiscais	10/fev	19/fev	27/fev

MÊS: Março	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/fev	12/mar	20/mar
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	04/mar	17/mar	25/mar
Pagamento das Notas Fiscais	10/mar	20/mar	30/mar

MÊS: Abril	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	27/mar	08/abr	17/abr
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/abr	14/abr	24/abr
Pagamento das Notas Fiscais	09/abr	17/abr	29/abr

MÊS: Maio	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/abr	12/mai	20/mai
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	05/mai	15/mai	25/mai
Pagamento das Notas Fiscais	11/mai	20/mai	28/mai

Pubrica 18 /	Sec. de Administração)	2 <sup>a</sup> (Requerente)	Visto do Jurídico	
itubilca i (	Jec. de Administração,	2 (1/equerente)	VISIO GO SULIGICO	



MÊS: Junho	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	28/mai	09/jun	19/jun
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/jun	16/jun	24/jun
Pagamento das Notas Fiscais	09/jun	19/jun	29/jun

MÊS: Julho	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	30/jun	08/jul	22/jul
Ultima data para recebimento dos docs.na Seção de Tesouraria	03/jul	15/jul	27/jul
Pagamento das Notas Fiscais	08/jul	20/jul	30/jul

MÊS: Agosto	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	31/jul	11/ago	20/ago
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	05/ago	14/ago	25/ago
Pagamento das Notas Fiscais	10/ago	19/ago	28/ago

MÊS: Setembro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	31/ago	10/set	21/set
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	03/set	15/set	24/set
Pagamento das Notas Fiscais	09/set	18/set	29/set

MÊS: Outubro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	01/out	09/out	20/out
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	06/out	15/out	23/out
Pagamento das Notas Fiscais	09/out	20/out	29/out

MÊS: Novembro	1º PAGTO	2º PAGTO	3º PAGTO
Última data para recebimento dos docs. na Seção de Contabilidade	29/out	10/nov	18/nov
Ultima data para recebimento dos docs. na Seção de Tesouraria	04/nov	15/nov	23/nov
Pagamento das Notas Fiscais	09/nov	18/nov	26/nov

Rubrica 1ª (Sec. de Administração)	2ª (Requerente)	Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

MÊS: Dezembro	1º PAGTO
Última data para recebimento dos docs.na Seção de Contabilidade	01/dez
Ultima data para recebimento dos docs.na Seção de Tesouraria	10/dez
Pagamento Notas Fiscais (último pagamento do ano e restos a pagar)	16/dez

Obs.: Os pagamentos enviados após o dia 15 de dezembro só serão aceitos mediante autorização do Secretário Mun. de Fazenda e Orçamento.

Rubrica 1ª (Sec. de Administração) 2ª (l	Requerente)	Visto do Jurídico
--	-------------	-------------------